

PÁGINA DA EDUCAÇÃO

INFORMATIVO SEMANAL DA APP-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

APP-Sindicato: Av. Iguá, 880 - Rebouças - Curitiba - Paraná - CEP 80.230-020 - Fone: (41) 3206-9822 / Fax: (41) 3222-5261 | Site: www.appsindicato.org.br | Facebook: @appsindicato • Presidente: Walkiria Olegário Mazeto
Secretário de Comunicação: Daniel Nascimento Matoso | Secretária Executiva de Comunicação: Cláudia Gruber | Jornalistas: Fabiane Burmester (4305-PR), João Paulo Nunes Vieira (11792-PR), Luis Lomba (99.667/92 - RJ), Luiz Damasceno (MTb 14325) e Uanilla Pivetta (8071-PR). Diagramador: Rodrigo Romani (7756-PR) | Edição de vídeos: Luan P.R. de Souza.

Nº 1269
19 de janeiro de 2022

Defasagem salarial dos(as) servidores(as) estaduais chegou a 34,72% em 2021

Reajuste de 3% em janeiro reduz as perdas a 30,8%. Para professores(as), impacto da nova tabela salarial ainda é incerto

A defasagem salarial dos(as) servidores(as) estaduais chegou a 34,72% no final de 2021. O reajuste de 3%, a ser implementado na folha de janeiro, reduz as perdas para 30,8%, mas a inflação deve seguir corroendo os salários até maio, mês da data base.

Até lá, a defasagem da Data-Base deve chegar a 34%, segundo estimativa do economista Cid Cordeiro, assessor da APP-Sindicato. Entre os(as) trabalhadores(as) da educação, funcionários(as) de escola, aposentados(as) e professores(as) em níveis mais elevados da carreira acumulam estas perdas integralmente.

Mas o impacto do reajuste do Piso e das mudanças na carreira que motivaram a greve de três dias no final de 2021 são incertos. O governo ainda não publicou a nova tabela, deixando trabalhadores(as) no limbo sobre a expectativa salarial em janeiro e inviabilizando o cálculo neste momento para parcela significativa dos(as) professores(as).

No conjunto do funcionalismo, Cid calcula que o(a) servidor(a) público(a) paranaense está perdendo 4,5 salários por ano devido à falta de reajuste para compensar a inflação.

“Além da perda que já estava acumulada, passamos a conviver com altas taxas de inflação ao longo do ano passado, o que aumenta consideravelmente as perdas salariais”, afirma o economista

Maior inflação do país

Curitiba teve em 2021 a maior inflação entre as capitais, o que agrava a defasagem salarial. A capital registrou alta de 12,73% nos preços de produtos e serviços. A inflação oficial do Brasil em 2021 foi de 10,06%.

Na cidade, o índice foi impactado principalmente pela alta no preço dos combustíveis, de 52,98% nos 12 meses de 2021. Nesse começo de ano, os combustíveis já tiveram novo aumento de preços, o que indica que a inflação deve seguir alta em 2022.

A APP reafirma a importância da luta por correção salarial que zere as perdas inflacionárias. Além de insuficiente, o reajuste de 3% está aquém das possibilidades do Governo, pois a inflação corrói a renda do(a) trabalhador(a), mas não prejudica a arrecadação de impostos, que aumenta quando os preços sobem.

Cordeiro ressalta que o Governo tem usado suposta falta de recursos para não pagar o que deve aos(as) servidores(as), mas em 2021 as receitas superaram em R\$ 8,3 bilhões as estimativas iniciais.

Para 2022, as receitas devem superar em R\$ 5,3 bilhões a estimativa oficial, o que abriria boa margem para negociações salariais, considerando também que deixou de vigorar em 31 de dezembro a Lei Complementar 173, que vetou reajustes salariais em 2020 e 2021.

Cid Cordeiro lembra que a APP sempre lutou pelo reajuste salarial de acordo com a inflação. “Conse-



guimos isso até o segundo mandato do Beto Richa, quando ele parou de negociar com o Sindicato e deixou de repor a inflação. Por isso tivemos a greve de 2015”, afirma.

A greve de 2015 terminou com o compromisso do Governo de zerar as perdas salariais parceladamente até maio de 2017. Esse acordo não foi cumprido, o que levou à greve em 2019, já com Ratinho como governador.

“Naquele momento novamente ficou acertado que o Governo parcelaria o zeramento da defasagem. Novamente o acordo não foi cumprido, mantendo a defasagem dos salários”, recorda Cid Cordeiro.

Ação da Data-Base

Mas as ações relativas ao tema, que estavam suspensas aguardando o julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), podem começar a andar.

O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná já julgou inconstitucionais os artigos que congelaram a Data-Base no governo Richa, em 2017. Com o reajuste deste ano, sobram 3,29% devidos de 2017. O Estado ainda pode ingressar com recurso, o que não ocorreu até o momento.

A APP representa você

A APP te representa nesta ação. O Sindicato atua como substituto processual de toda a categoria, ou seja, é como se você estivesse atuando no processo. Isso significa que não é necessário procurar outro(a) profissional para ingressar com a ação.

É importante que, neste momento, a sindicalizada e o sindicalizado não aceite serviços externos de advocacia neste sentido.

Em se mantendo a decisão do Tribunal de Justiça do Paraná, a APP irá solicitar os documentos para todas e todos, dando continuidade aos processos de maneira individual.

**Passaporte sim:
governo pode e deve
exigir comprovante
de vacinação na volta
às aulas**

Infelizmente, Ratinho Jr. escolhe agradar uma parcela negacionista da população em detrimento da saúde pública. É tempo de mudar de posição



No dia 7 de fevereiro, cerca de um milhão de alunos(as) retornam às escolas estaduais do Paraná. Em meio à alta de casos e as incertezas sobre o avanço da nova variante, não há justificativa para permitir o acesso de estudantes sem comprovante de vacinação.

Por um lado, é farta a evidência científica sobre a proteção conferida pelas vacinas contra Covid-19. Por outro, o cronograma de imunização de adolescentes a partir de 12 anos – a maior parte dos estudantes da rede estadual – já está concluído. Sobrariam apenas as crianças, ainda no aguardo das doses.

A não exigência serve como um incentivo a mais – além do obscurantismo do presidente Bolsonaro – para que muitos(as) continuem sem a vacina no braço.

Infelizmente, Ratinho Jr. escolhe agradar uma parcela negacionista da população em detrimento da saúde pública, uma atitude irresponsável que traz riscos desnecessários para a comunidade escolar e o conjunto da população.

É tempo de mudar de posição. Em fevereiro, poderemos estar nos encaminhando para o pico da nova onda ou iniciando uma nova leva de contágios. Se aprendemos algo com os dois últimos anos de pandemia e quase 700 mil vidas perdidas, é que cautela nunca é demais.

O governo pode e deve fazer o seu papel de zelar pela vida e proteger nossos(as) estudantes, trabalhadores(as) e suas famílias. Passaporte sim!

Receba notícias da APP no seu Whatsapp ou Telegram

Faça parte da Rede APP e fique sempre informado(a)!
Acesse o QR code ao lado para mais informações:

